

## **À procura da estética adequada: Raça, gênero e geração no espaço escolar**

### **Looking for the right aesthetic: Race, gender and generation in the school space**

Mylene Mizrahi<sup>1</sup>  
Amanda Carvalho<sup>2</sup>  
Priscilla Mello<sup>3</sup>  
Maria Gabriela Alduino<sup>4</sup>

#### **Resumo**

Neste artigo acompanhamos reivindicações de protagonismo juvenil como performadas no espaço escolar, a partir de relatos, embates, disputas e controvérsias reportados durante a década de 2010. A análise segue por uma abordagem material das estéticas corporais, balizada por raça e gênero, aos quais foram adicionados, durante o processo de pesquisa, um terceiro marcador, o de geração. Muitos dos descompassos encontrados apontam para disputas intergeracionais que traduzem, por sua vez, diferentes ideais estéticos e diferentes expectativas de conformidade na aparência. Ao mesmo tempo, do ponto de vista da juventude, a centralidade que as estéticas corporais adquirem em seus projetos atravessa não apenas os diferentes gêneros, sexualidades e ou marcadores raciais, mas também as diferentes classes. Levar a sério reivindicações juvenis em torno de seus gostos, pode parecer, a olhares mais tradicionalistas, dar atenção ao que é concebido como superficial. Mas pode apontar também caminhos produtivos para repensarmos o próprio projeto escolar. Como veremos, a estética e as aparências, nada têm de superficiais.

**Palavras chave:** materialidades, consumo, cabelos, uniforme escolar, corpo

#### **Abstract**

In this article we follow claims of youth protagonism as performed in the school space, based on reports, struggles, disputes and controversies reported during the decade of 2010. The analysis follows a material approach to body aesthetics, marked by race and gender, to which they were During the research process, a third marker, the generation marker, was added. Many of the mismatches found point to intergenerational disputes that translate, in turn, different aesthetic ideals and different expectations of conformity in appearance. At the same time, from the point of view of youth, the centrality that body aesthetics acquire

---

<sup>1</sup> Antropóloga com doutorado na UFRJ e doutorado-sanduiche na University College London. Professora do Departamento de Educação da PUC-Rio, onde coordena o EstetiPop – Laboratório de Estéticas, Antropologia e Cultura Pop/Popular. Integrante da Rede de Estudos e Pesquisas sobre Ações e Experiências Juvenis (REAJ).

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> Graduanda do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

in their projects crosses not only the different genders, sexualities and or racial markers, but also the different classes. To take youthful demands seriously around their tastes, it may seem, to more traditionalist views, to pay attention to what is conceived as superficial. But it can also point out productive ways to rethink the school project itself. As we will see, aesthetics and appearances have nothing superficial.

**Keywords:** materiality, consumption, hair, school uniform, body

## Introdução

A década de 2010 parece que nos deixará um legado paradoxal. De um lado o progressismo, como visto nos muitos protagonismos de gênero, de sexualidade, de raça, de classe. Ocupação das ruas, das escolas, das universidades. Em suma, ocupação do espaço público, como as Jornadas de junho de 2013 fizeram ver, e como também fizeram a ocupação das escolas públicas por estudantes secundaristas. De outro lado, os anos de 2010 foram o palco para movimentações que culminaram na ascensão da extrema-direita ao poder central, resultando em uma ocupação mais ou menos duradoura do Palácio do Planalto por forças não apenas conservadoras, mas, poderíamos dizer, retrógradas, uma vez que uma série de suas reivindicações se constitui na base de uma volta a determinados valores e costumes que antecedem a abertura democrática que se coloca em curso a partir dos anos 1980. Esse encontro de diferenças e uma certa impossibilidade de convivência entre diferenças tornou-se cristalizado pela cerca que separou apoiadores e condenadores do impeachment da então Presidente Dilma Rousseff.

Não é, contudo, esse cenário mais amplo que queremos abordar. Melhor dizendo, se o abordaremos será da maneira com que tais disputas entre diferentes modos de ver o mundo e de ser ver dentro desse mesmo mundo são vivenciadas na arena estética. Em especial, nosso interesse recai sobre a centralidade que o corpo adquire em processos de reivindicação de protagonismos juvenis, fazendo da aparência e das estéticas corporais dispositivos essenciais em performances que são também discursividades políticas.

O movimento que ficou conhecido como “primavera feminista”, colocou sua pauta de gênero junto à explicitação do corpo e de seus poderes, defendendo a liberdade de seus saberes e direitos, inclusive no espaço público e na arena política<sup>5</sup>. A reivindicação do uso do shortinho e lemas como “meu corpo minhas regras” ou “não é não” – ambos afirmando os direitos das jovens

---

<sup>5</sup> A expressão “primavera feminista” foi utilizada para designar tal movimento tanto na mídia quanto em reflexões acadêmicas. Como exemplos ver, para o último caso Nascimento (2018) e Dutra (2018), e para o primeiro artigos do El País e da Carta Capital ([https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533\\_406426.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html)) (<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/primavera-feminista-o-lugar-da-mulher-e-na-politica-8213/>)

mulheres a seus corpos, seus pelos, cabelos e desejos – reverberados tanto nas escolas, que seriam ainda ocupadas por secundaristas, quanto nas ruas, que seriam ocupadas pelas mulheres em suas Jornadas de 2015, trariam à tona o corpo como central. Como nota Heloisa Buarque de Hollanda (2018), a quarta onda feminista contrasta fortemente com as ondas feministas anteriores justamente pelo lugar que é outorgado ao corpo na elaboração das novas pautas de gênero. Mas se o corpo parece ser marca de uma quarta onda feminista, esse corpo surge novamente como crucial quando nos voltamos para reivindicações juvenis outras, como as que possuem na raça marcador de diferença fundamental.

Neste artigo acompanharemos tais reivindicações de protagonismo juvenil como performadas no espaço escolar, a partir de relatos, embates, disputas e controvérsias reportados por diferentes meios de comunicação ao longo da década de 2010. Mas se raça e gênero estiveram desde o início balizando nossas buscas, o caminho metodológico pelo qual esta pesquisa segue, fornecido pelas materialidades, nestas incluídas não apenas os objetos, mas também os corpos, impôs um terceiro marcador social de diferença, o de geração. Muitos dos descompassos encontrados apontam, como veremos, para disputas intergeracionais que traduzem, por sua vez, diferentes ideais estéticos e diferentes expectativas de conformidade na aparência. Ao mesmo tempo, do ponto de vista da juventude, a centralidade que as estéticas corporais adquirem em seus projetos atravessa não apenas os diferentes gêneros, sexualidades e ou marcadores raciais, mas também as diferentes classes. O que os diferenciaria, como argumentamos em outra ocasião com Bourdieu (1984), seriam questões relativas à constituição do gosto (MIZRAHI, 2015).

Levar a sério reivindicações juvenis em torno de seus gostos, pode parecer, a olhares mais tradicionalistas, dar atenção ao que é concebido como superficial, como no caso dos investimentos corporais inerentes à produção da beleza e da aparência, o que é revelador, inclusive, de julgamento moral. Mas pode apontar também, como pensamos que nosso material permite notar, caminhos produtivos para se repensar o projeto escolar. Como observou Michel Serres (2013), se é a escola que queremos repensar é àqueles aos quais ela se destina que devemos escutar. Nesse plano, como veremos, a estética e as aparências, nada têm de superficiais.

É assim por uma abordagem da estética que seguiremos. Procuraremos mostrar que toda estética é também uma ética, argumentando, com Daniel Miller (2013) que as superfícies, as aparências, nada têm de *superficiais*. Portanto, não será por uma abordagem estritamente interseccional que seguiremos, como pode fazer pensar o acionar dos marcadores sociais de diferença, como introduzimos acima. Na verdade, ao nos centrarmos no corpo, nas aparências e nas estratégias de auto-apresentação, veremos as estéticas corporais serem convertidas em

discursividades políticas. De modo que se a reivindicação de protagonismo é feita por meio do corpo, esta é também combatida, cerceada, questionada, por meio desse mesmo corpo e das materialidades que, como investimentos corporais, o compõem. Portanto a reivindicação de protagonismo juvenil se faz acompanhar do cerceamento no espaço escolar do corpo como artefato cultural e expressividade política.

A análise que apresentamos a seguir foi realizada no contexto da Iniciação Científica da PUC-Rio e se desdobra de um projeto de pesquisa maior, que tem por centro o trinômio juventude, arte e educação. Visamos levar adiante o rendimento oferecido pela articulação entre estéticas corporais, circulação pelo espaço público e a produção de discursividades políticas, como mostramos em outra ocasião (MIZRAHI, 2012, 2015, 2019). Agora queremos explorar tal nexos junto aos protagonismos feministas juvenis e a relação entre racismo cotidiano e visualidade. Nosso ponto de partida é dado pelo espaço escolar. Contudo, a restrição ao contato físico exigido pela pandemia de Covid-19 e a concomitante restrição à circulação de pessoas e coisas e o fechamento de escolas e outros órgãos ligados à administração escolar nos obrigou a, momentaneamente, transferir nossa pesquisa para o campo digital, mantendo nosso foco sobre a criatividade e os processos de subjetivação juvenis e os parâmetros dados pelos dois marcadores de diferença raça e gênero.

É assim um pequeno fragmento de nossa pesquisa que apresentamos aqui. Após essa breve introdução, apresentamos a trajetória conceitual e a mudança de estatuto na antropologia das coisas, artefatos e objetos materiais, os quais estamos aqui amplamente chamando de materialidades, até a conformação de uma Antropologia do Consumo e uma Antropologia da Arte. Em seguida exploramos o rendimento de uma discussão articulada junto à conjunção de uma abordagem da materialidade dos objetos à de uma abordagem da materialidade dos corpos. Na seção seguinte, expomos trechos pertinentes das reportagens analisadas. Por fim encerramos o artigo retomando alguns dos pontos levantados junto aos episódios analisados e propondo que estes nos parecem oferecem caminhos possíveis para repensarmos o projeto escolar.

### **As materialidades e a vida social**

Nossa pesquisa tem por objetivo amplo analisar as reivindicações de protagonismo feminino juvenil, observando a qualidade conectiva que a dimensão estética oferece às jovens, possibilitando que se tornem protagonistas e lideranças ativistas, buscando compreender a articulação entre estética e relações sociais no espaço escolar. No presente artigo, partimos dos

discursos midiáticos para adentrar as tensões suscitadas no espaço escolar pelas diferentes expressões corporais, em particular elementos indumentários e adornos corporais, como uniformes, cabelos e objetos materiais relativos a ancestralidade africana. Tal exploração do discurso midiático, contudo, não se conformara em “análises do discurso”, mas assumirá uma perspectiva antropológica sobre as coisas, seguindo o caminho apontado por elas na significação dos eventos analisados.

A relação que a antropologia estabelece com os objetos materiais é, podemos dizer, ambígua. De um lado os objetos materiais são tema de momentos-chaves dos desenvolvimentos da disciplina, como podemos adentrar por meio das categorias nativas *hau*, *mana*, *potlach*. Termos nativos que foram convertidos a categorias analíticas, tamanha a potência de suas contribuições para as formulações que Franz Boas (CODERE, 1956), Marcel Mauss (2003) e Bronislaw Malinowski (1978) legaram à teoria antropológica. Estes autores forneceram as bases de uma teoria da troca que seria central ainda para os desenvolvimentos das antropologias econômica, dos objetos, dos museus, da arte, do consumo, para a discussão sobre patrimônio. Mas é simultaneamente a esse momento áureo da trajetória das coisas na Antropologia que as materialidades iniciam, se não o seu ocaso, o longo período em que estarão fora de cena. Tomá-las da perspectiva da “cultura material” possibilitou também o projeto evolucionista de ordenar as sociedades, a partir de instrumentos classificados como contendo mais ou menos “tecnologia”. Esse uso mal resolvido da cultura material se desdobrou para o espaço dos museus. De tal modo que se era ali que de fato que a antropologia acontecia (Stocking Jr., 1988), foi ali também que pudemos ver claramente a perspectiva classificatória assumida sobre as sociedades por meio de seus objetos materiais. Quem já visitou um museu tradicional de etnologia ou ala de algum museu que proceda a uma ordenação evolucionista das coisas certamente viu quadros e/ou vitrines com, por exemplo, pequenas lanças ou containers de cerâmica ordenados de modo a induzir o espectador a, ao acompanhar com os olhos a evolução na aparência dos objetos, pensá-la como reveladora da evolução técnica que adviria com a passagem do tempo. Em outros termos, esses quadros e vitrines fazem pensar que uma evolução cronológica corresponde a uma evolução das sociedades. Corresponderia assim ao seu “progresso”.<sup>6</sup>

Concomitante aos desenvolvimentos da antropologia e às críticas feitas por Boas aos limites do método comparativo em antropologia (BOAS, 2006), os museus passaram a contextualizar seus objetos, não sem, contudo, trazer outros problemas. As coisas expostas poderiam ser agora não

---

<sup>6</sup> Não terei espaço aqui para esmiuçar a noção de progresso, problematizada por Lévi-Strauss em seu ensaio-libelo “Raça e história” (LÉVI-STRAUSS, 1993).

apenas as consideradas inanimadas, como os artefatos e plantas, mas as coisas animadas não humanas, como animais, e também humanas, como pessoas.<sup>7</sup> Surgem assim os dioramas, como podemos ver no Museu de História Natural, em Nova Iorque, ou as exposições com humanos expostos, como esteve no Musée de L'Homme, em Paris. Desde o início o problema da representação está colocado para a antropologia, o que culminará, de um lado, na própria reformulação da ideia de museu de etnologia, como emblematicamente representa a fundação do contemporâneo Musée du Quai Branly, em Paris e as muitas controvérsias que envolveu sua concepção (LAGROU, 2008). De outro lado, tal “crise da representação” acarretará a virada reflexiva da antropologia nos anos 1980, colocando no centro da discussão os dilemas éticos que presidiam a representação da cultura e do outro, como feita pelo antropólogo (CLIFFORD, 2002).

Retrospectivamente, podemos ver entre os anos 1920 e 1980 o hiato formado pelas pesquisas que apostam no rendimento analítico que os objetos oferecem para as sociedades estudadas. Esse silenciamento em torno da significação social dos objetos é, no entanto, perturbado por ninguém menos do que Claude Lévi-Strauss, o antropólogo mais renomado no século XX e reconhecido pela originalidade com que suas pesquisas impactaram a disciplina. É junto aos animais e às plantas que Lévi-Strauss leva adiante seu projeto racionalista argumentando, de um lado, que o totemismo dizia respeito menos a uma crença irracional nos poderes dos seres não-humanos e mais a um modo de ordenar a diferença no mundo (LÉVI-STRAUSS, 1975) e que o pensamento mítico era menos “mágico” e mais um modo de conhecer o mundo, classificando-o e procedendo a operações próprias ao pensamento moderno científico (LÉVI-STRAUSS, 1989).

Lévi-Strauss coloca as bases para o que passou a ser intitulado de “sistema classificatório de bens” e que será fundamental para a abordagem das coisas nas sociedades modernas. Mary Douglas (DOUGLAS AND ISHERWOOD, 1979), Pierre Bourdieu (1984) e Marshall Sahlins (2003) trarão, cada um a seu modo, contribuições ao campo a partir de trabalhos que retomam a significação dos objetos na vida social. Em comum aos três, entretanto, está a perspectiva representacional que assumem na consideração da vida material nas sociedades capitalistas. Mais especificamente, na consideração dos bens de consumo. As coisas, de tal perspectiva, *falam* sobre a vida, mais do que possuem capacidades disruptivas de engendrará-la, perspectiva que será imprimida aos bens, objetos, coisas e artefatos a partir da leitura crítica que, nos anos 1980, um grupo de antropólogos produz. Daniel Miller (1987), Arjun Appadurai (2008), Alfred Gell (1998), Grant McCracken (1988), entre outros, argumentarão todos que o significado das coisas advém

---

<sup>7</sup> Igor Kopytoff (2008), a partir de uma análise da biografia do escravo, mostra, de modo contra-intuitivo, como o humano pode entrar e sair do estatuto de pessoa e coisa ao longo de sua trajetória de vida.

menos da possibilidade de elas formarem um código análogo ao linguístico, de modo tal que os objetos poderiam ser analisados como linguagem, e mais de suas qualidades materiais, agentivas e de conexão.

Sem desprezar as diferenças que regem cada um dos enquadres oferecidos por esses últimos autores, o que os reúne é o fato de todos eles trazerem para o centro de suas análises a materialidade. As coisas, mais do que simbolizar ou representar uma instância outrem, fazem, causam, agem, participam, facilitam relações sociais. Importante ainda frisar que tal perspectiva alternativa sobre os objetos se deu *pari passu* com questionamentos do chamado grande divisor Natureza e Cultura, colocados em curso a partir dos anos 1980 e que reverberou por diferentes campos da antropologia.<sup>8</sup>

### Produzindo corpos e pessoas

Neste artigo adentraremos o campo das juventudes a partir de uma discussão em torno das estéticas corporais, em consonância com a trajetória de pesquisa e as elaborações conceituais de Mylene Mizrahi, que coordena esse grupo de pesquisa. Faremos isso junto ao enquadre fornecido pelas abordagens da materialidade. No que toca aos objetos materiais, privilegiaremos as contribuições que Daniel Miller vem trazendo a esse campo específico. Mas para além da materialidade dos objetos, traremos para nossa conversa a materialidade dos corpos como trazida à cena por Judith Butler na discussão relativa à performatividade de gênero como engendrada pela filósofa norte-americana. Conjugaremos a materialidade dos objetos, como explorada por Miller (1987, 2005, 2013), à materialidade dos corpos, como problematizada por Butler (2019) para junto com ambos os autores notarmos que em um mundo pós-gênero o foco sobre as coisas nos permite adentrar processos de subjetivação e de produção do self de modo amplo. Com Miller e Butler recorreremos aos adornos e ao corpo para pensar a pessoa de modo amplo, tomando o consumo como prática criativa que participa ativamente na produção das estéticas corporais. Os corpos e suas aparências são assim *assemblages* que resultam da apropriação e incorporação de objetos industriais retirados do mercado e aos quais se atribui sentidos próprios<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Chamamos atenção para duas problemáticas importantes que derivam de uma problematização do cogito cartesiano, como inerente a uma consideração da materialidade e de seus efeitos na vida social. De um lado suas consequências para o problema parte e todo, como produzidas pelas reconceituações de sociedade e indivíduo levada adiante por Marilyn Strathern (1988) em sua conceituação do gênero a partir de etnografias melanésias. De outro, a simetriação entre sujeito e objeto como levada a cabo pelos Estudos da Ciência desde as contribuições de Bruno Latour (LATOUR, 1994).

<sup>9</sup> Por *assemblage*, termo francês que significa colagem e mais utilizado no campo das artes visuais, queremos nos referir ao próprio processo de montagem e desmontagem que produz o corpo e as estéticas corporais. Fazemos assim

A estética corporal emerge assim como produto de uma composição feita por meio do consumo, entendido de um ponto de vista antropológico. Como atividade que não se encerra com a aquisição do bem e que corresponde a todo o trabalho realizado pelas agências individuais para “desalienar” o produto do mercado (MILLER, 1987). Miller, assim como Gell, McCracken e Appadurai, entre outros, defendem ativamente uma perspectiva não-linguágica dos objetos. Em particular, Miller argumenta que os objetos são “humildes”: nos ordenam silenciosamente enquanto pensamos que somos nós a os ordenarmos. Devemos, segue o autor, colocar o objeto no centro de nossa análise, olhando-o em si mesmo, destacando suas qualidades físicas, sua materialidade. Concordando ainda com o autor que não há nada de superficial naquilo que a superfície dos corpos comunica (MILLER, 2013), recorreremos à noção de performatividade de gênero para argumentar que a corporalidade e a pessoa são produtos tanto do dado biológico quanto como dos objetos materiais colocados na superfície dos corpos ou dados a ver nessas mesmas superfícies (MIZRAHI, 2019).

Em *Corpos que importam*, Butler (2019) busca escapar à diferenciação entre natural e cultural denotada pelos termos sexo e gênero, enquanto definidores de realidades radicalmente distintas e empregados em conjunto e de modo contrastivo. Diferentemente, Butler recorre à materialização que o sexo produz, à materialidade dos corpos, para realizar um argumento circular em que um, digamos o sexo, não precede o outro, digamos o gênero. Tampouco corpo biológico e corpo cultural se definem a partir de uma diferenciação radical entre si mesmos. “Sexo”, segundo a conceituação da autora, é dupla e simultaneamente dado e feito, e é nessa interação, na interação que a performatividade discursiva produz, que emerge de modo sempre provisório o “sexo” feito. Um feito que elabora sempre e a partir do “sexo” dado. Os corpos importam [*body matters*] na medida em que sua materialidade será sempre reiterada pelas práticas regulatórias que produzem o “sexo”.

Essa reiteração necessária ao delineamento do “sexo”, diretamente relacionada à sua provisoriidade, nos remete à defesa que faz Miller (2005) não apenas do rendimento analítico que a materialidade dos objetos pode apresentar para a investigação antropológica, mas do próprio ancoramento que os objetos materiais podem possuir para a constituição da pessoa. Da perspectiva de Miller, os objetos materiais – a roupa, a indumentária, os adornos corporais – facilitam a

---

referência a duas noções centrais forjadas por Latour na formulação da Teoria do Ator-Rede em seu *Reassembling the social* (2005): ao *actant*, o coletivo de agências humanas e não humanas que resulta na pessoa, e ao que o autor designa “o social”, processo permanente de composição inerente à própria vida social e muito distinto da noção durkheimiana de sociedade total (DURKHEIM, 1999). De nossa perspectiva, portanto, nem vida social nem o corpo e a pessoa estão dados mas estão em permanente movimento, composição e decomposição.

performance de gênero. Propomos ir além, argumentando que os objetos indumentários e os adornos corporais compõem a performance que materializa o “sexo”. Em outros termos, os objetos não apenas facilitam, mas possibilitam mesmo essa performance. Sem eles, sem os objetos de vestuário e os adornos corporais, o gênero não poderia ser performado nem tampouco constituído. Dessa perspectiva, se o gênero é performativo, no sentido de que ele produz uma série de efeitos no mundo junto a modos particulares de agirmos, andarmos e falarmos, e sermos ainda apreendidos pelo outro, isto se dá por meio de nosso corpo e de nossa aparência. Por meio de estratégias de auto-apresentação, compostas tanto através de nossa corporalidade como dos objetos dos quais nos cercamos para performá-las e assim “consolidar uma impressão de ser homem ou ser mulher”.<sup>10</sup>

Mas expandindo um pouco mais a noção de performatividade a partir do diálogo com a materialidade dos objetos, podemos pensar que ela nos permite ainda pensar na raça como performativa. Como argumentamos em outra ocasião,

Se as drags recorrem a objetos materiais como roupas, sapatos, maquiagens, cabelos, gestuais e próteses corporais, entre outros recursos, para se produzirem, o mesmo vale para as normatividades sexuais que precisam cotidianamente reiterar o seu gênero em um esquema binário. Vale também, proponho, para abordarmos os diferentes sentidos de self, inclusive as distintas identidades negras, ou os vários modos que uma pessoa encontra para se produzir negra. Ao argumentar que a raça pode ter uma dimensão performativa, não coloco em marcha uma discussão sobre a transracialização, debate acalorado suscitado pela revelação de que Rachel Dolezal, liderança de movimento negro norte-americano, era na verdade branca (Tuvel 2017). O que me parece interessante é perguntar em que medida não podemos também tomar a negritude como performativa e passível de ser performada, assim como Butler propôs em relação ao gênero. Se com os cabelos ambíguos se pode acionar a ambiguidade racial de modo agentivo, o mesmo deve valer para os cabelos Black, reivindicando etnicidade. (MIZRAHI, 2019: 474-5)

No referido artigo exploramos o significado de três diferentes estilos de cabelos negros, portados por mulheres, destacando de um lado seu aspecto relacional, ao qual voltaremos na seção a seguir, e suas qualidades pragmáticas, nas quais por ora nos detemos. Estes três estilos foram os dados pelas extensões de cabelos humanos, investigadas junto a mulheres pertencentes à cadeia produtiva do funk carioca; pelos cabelos Black ou afro, como usados por estudantes de uma universidade do Rio de Janeiro; pelas extensões de cabelos sintéticos, ícone da chamada Geração

---

<sup>10</sup> Ver entrevista de Judith Butler em <https://www.youtube.com/watch?v=9MlqEoCFtPM>

Tombamento. Como exposto no excerto acima, com Miller e Butler propomos que uma abordagem que resulta da articulação entre teorias da materialidade e teorias da performatividade de gênero permite-nos acessar o modo como são produzidos “os diferentes sentidos de self” e a constituição da pessoa de modo amplo. Permite-nos, portanto, abordar um *self* que produz a si ao produzir seu corpo.

É, portanto, nesse processo de apropriação dos bens – via produção, apreensão e circulação de objetos e imagens – que os sujeitos não apenas dão visibilidade a si como membros partícipes da sociedade urbana moderno-ocidental, mas mostram também como se entendem no mundo e como entendem esse mesmo mundo. De modo que a estética, a forma e a aparência, como discursos não orais, permitem-nos acessar aspectos da vida social que de outro modo poderiam ficar silenciados, constituindo-se em importante ponte de acesso às subjetividades, às moralidades, às emoções, às políticas, às identidades coletivas.

### **As muitas disputas que o gosto e a aparência colocam em jogo**

Nesta seção queremos evidenciar, por meio de embates e descompassos entre jovens, seus pais e instâncias da gestão escolar, o significado que a dimensão estética e a aparência adquire para os primeiros e a simultânea incompreensão desse mesmo significado para as últimas. Desse modo, com a discussão realizada na seção anterior, propomos avançar um pouco mais e argumentar que a beleza, mais do que mera aparência, mostra-se como fortemente relacionada às capacidades agentivas dos corpos e de nossa perspectiva, da pessoa. A aparência em vez de *mera*, simples, superficial, guarda, e muito, suas complexidades (MIZRAHI, 2018). E considerando que entendemos que é por meio da aparência e das estéticas corporais que um se mostra no mundo, mostrando também como o entende e como nele se entende, é também a partir de uma abordagem relacional da estética que nos voltamos para os episódios envolvendo jovens e disputas de gosto no espaço escolar.

Realizamos um levantamento na web de matérias jornalísticas relativas à articulação entre escola e estéticas corporais, tendo por tema os uniformes escolares e os cabelos, norteadas por dois marcadores sociais de diferença: gênero e relações raciais. No total reunimos 40 matérias, a partir das palavras-chaves escolas, alunos, uniforme, cabelos, discriminação e preconceito. Organizamos nossas buscas por meio de três triênios: 2011-2013; 2014-2016; 2017-2019, além de alguns poucos meses iniciais do corrente ano de 2020. No decorrer das análises das matérias foram descartadas notícias abordadas em outros países, uma vez que nosso foco recaiu sobre jovens e suas estéticas

corporais em escolas no Brasil. Portanto das 40 matérias encontradas, foram selecionadas 22 notícias.

Mas se inicialmente partimos de dois marcadores – gênero e raça – identificamos na análise das matérias a incidência de um outro marcador, o de geração, que emergiu a partir das manifestações de estudantes que, em última instância, buscavam criar um diálogo com as esferas de coordenação e direção das escolas, fazendo um contraponto à regra da normalidade imposta pelos uniformes e pelo entendimento do que seriam cabelos adequados ao ambiente escolar. Reproduzimos abaixo trechos das 22 matérias selecionadas. Como esperamos mostrar o denominador comum entre elas se dá pela disputa geracional em torno do que seria a estética adequada para o espaço escolar. Tais disputas fazem ver discriminação de raça e/ou gênero e/ou sexo.

### 1. O descompasso geracional

“Eu não culpo as diretoras, porque elas são de outra geração. Mas a gente precisa ir tentando melhorar o pensamento de quem está por perto”<sup>11</sup>

“A gente precisa notar como o feminismo precisa ser debatido ainda, se a gente não falar sobre ele, nunca vai ficar em evidência. (...) Nossa geração tem muita vontade, mas muitas vezes não age”<sup>12</sup>

“A gente tenta conversar, mas ninguém quer ouvir”<sup>13</sup>

“Falamos que não estamos no shopping, que a roupa não deve chamar a atenção. Ainda é uma questão muito arcaica”<sup>14</sup>

“Procuramos de alguma maneira contribuir para que não haja sofrimento desnecessário entre aqueles que se colocam com uma identidade de gênero diferente daquela que a sociedade determina. Creio que a escola não deve estar desvinculada de seu tempo e momento histórico. A tradição não importa em anacronia, mas pode e deve significar nossa capacidade de evoluir e de inovar”<sup>15</sup>

### 2. A estética como norma

“Existe um padrão de trabalho, não uma discriminação específica com a Ester” Estudante recém-formada.

---

<sup>11</sup> (<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/03/alunas-criticam-regras-que-vetam-shorts-em-escolas.html> )

<sup>12</sup> (<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/03/alunas-criticam-regras-que-vetam-shorts-em-escolas.html> )

<sup>13</sup> (<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/03/alunas-criticam-regras-que-vetam-shorts-em-escolas.html> )

<sup>14</sup> (<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/03/alunas-criticam-regras-que-vetam-shorts-em-escolas.html> )

<sup>15</sup> (<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/colégio-pedro-ii-extingue-distinção-de-uniforme-por-genero-20139240> )

“Não entendeu a regra da escola” Pai de aluno.<sup>16</sup>

“A intenção era que o instituto tivesse uma organização mínima e que, por uma questão de segurança, conseguíssemos identificar os alunos. “Diretor do campus, a respeito da imposição do uso de uniforme escolar.<sup>17</sup>

“Ela prevê que o cabelo tem que estar dentro da normalidade, mas eu não sei o que isso quer dizer”. Guilherme, Advogado, a respeito de episódio em que adolescente é barrada na entrada da escola ao chegar com cabelo pintado de azul.<sup>18</sup>

“É crespo e é cheio. Não é adequado esse cabelo. Venhamos e convenhamos mãe” Fala da Diretora<sup>19</sup>

Segundo a denúncia da mãe, a diretoria do colégio havia pedido ao garoto que cortasse o cabelo, de estilo “black power”, por ser “inadequado”, e depois impediu a matrícula da criança.<sup>20</sup>

Alunos de colégio de SP fazem 'saião' em protesto contra a direção. Diretor diz que não exige uniforme mas aluno deve seguir código informal.<sup>21</sup>

“Eram mini-saias, mini-shorts, como se estivessem indo para a balada. O tipo de vestimenta é totalmente impróprio e tem gerado muitos problemas nas classes”, Fala da diretora.<sup>22</sup>

“A tenente-coronel Lúvia Azevedo Alves, que comanda as unidades do Colégio Tiradentes em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, nega que tenha havido qualquer orientação para que alunas alisassem o cabelo. Segundo ela, teria havido um mal-entendido sobre adequações que visam a manutenção da estética militar.”<sup>23</sup>

“Nós queremos eles parecidos, semelhantes”, explicou. “Por isso o cabelo tem corte [para os meninos]; o rabo de cavalo, a trança das meninas. Mas nós sempre explicamos. Embora sendo militares, e as pessoas têm uma visão do militar como muito endurecido, a ideia não é essa. O novo causa um certo transtorno, mas logo eles se adaptam, a família entende e acaba que todos gostam do colégio”, disse o oficial.<sup>24</sup>

As escolas cívico-militares começam a ser implantadas, em formato piloto, a partir desse ano. (...) Os alunos deverão seguir uma série de regras de comportamento e vestimenta, que incluem, entre outras

<sup>16</sup> [Movimento negro protesta em frente à escola acusada de racismo - Educação](#)

<sup>17</sup> <http://g1.globo.com/pernambuco/vestibular-e-educacao/noticia/2012/10/apos-protostos-alunos-do-ifpe-derrubam-blitz-do-uniforme-no-recife.html>

<sup>18</sup> <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2012/02/adolescente-pinta-cabelo-de-azul-e-e-barrada-em-escola-em-uberaba.html>

<sup>19</sup> <https://exame.com/brasil/escola-que-mandou-aluno-cortar-o-cabelo-sera-investigada/>

<sup>20</sup> <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/12/policia-vai-investigar-escola-que-pediou-para-aluno-cortar-cabelo-black-power.html>

<sup>21</sup> <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/06/alunos-de-colegio-de-sp-fazem-saiaco-em-protesto-contradirecao.html>

<sup>22</sup> <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/02/escola-proibe-saias-e-short-apos-alunas-irem-escola-como-periguete-em-mt.html>

<sup>23</sup> <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2018/10/10/orientacao-sobre-trancas-afro-gera-protesto-de-alunas-em-colegio-da-pm-em-belo-horizonte.ghtml>

<sup>24</sup> <http://www.generonumero.media/cabelo-maquagem-e-ate-cor-do-esmalte-modelo-militar-nas-escolas-impoe-controle-dos-corpos-de-estudantes-civis/>

coisas, padrões de apresentação específicos para meninos e meninas. O objetivo, de acordo com o Ministério da Educação, é promover a melhoria na qualidade do ensino na educação básica. Segundo o documento, alunos do sexo masculino deverão “manter nítidos os contornos junto às orelhas e o pescoço” —a ideia seria facilitar a utilização de boina, item obrigatório do uniforme. O estudante também será orientado quanto a necessidade de se apresentar “bem barbeado” e, ainda, “cabelos e sobrancelhas na tonalidade natural”. O item elimina, por exemplo, com a possibilidade do aluno frequentar as aulas com o cabelo platinado. Quanto ao padrão estabelecido às meninas, a aluna “poderá utilizar seus cabelos curtos ou longos”. O manual oferece ainda instruções específicas de acordo com o comprimento. Curtos, “cuidadosamente arrumado”, médios e longos, “rabo de cavalo na parte superior da cabeça ou trança simples. Devem ser mantidos penteados e bem apresentados”. Os adereços estão liberados, desde que sejam “discretos”.<sup>25</sup>

Mariana Conde Sekeres, de 17 anos, uma das organizadoras da defesa ao colégio, convocada pelo Facebook, afirma que a escola não é racista. Existe um padrão de trabalho, não uma discriminação específica com a Ester, diz a estudante recém-formada. O engenheiro e pai de aluno Carlos Herculano Ávila, de 50 anos, destaca que a escola é inclusiva e também avalia que a estagiária não entendeu a regra da escola de usar cabelos presos.<sup>26</sup>

Segundo o diretor geral no campus Recife, Valbérico Cardoso, antes do início da fiscalização, houve uma campanha de conscientização, cerca de 15 a 20 dias antes, com a distribuição dos uniformes, informando que o uso deles seria obrigatório. (...)A intenção era que o instituto tivesse uma organização mínima e que, por uma questão de segurança, conseguíssemos identificar os alunos. Muitas vezes eles entravam de chinelo e shorts. Se um desses alunos participasse de uma aula de química, no laboratório, por exemplo, poderia correr até riscos de saúde, se caísse uma solução no pé dele”, disse à reportagem do G1.<sup>27</sup>

A escola Associação Cedro do Líbano de Proteção à Infância, em São Paulo, está sendo acusada de racismo nas redes sociais após a repercussão de um comunicado enviado aos pais, pedindo para que as alunas comparecessem a um evento de fim de ano com o “cabelo liso e solto”. De acordo com o aviso, assim a apresentação ficaria “ainda mais bonita”.

Abaixo do texto, havia uma foto da atriz Larissa Manoela, que interpretou a personagem Maria Joaquina na novela *Carrossel*.<sup>28</sup>

<sup>25</sup> <https://noticias.r7.com/educacao/cabelo-platinado-e-vetado-em-manual-de-escolas-civico-militares-06022020>

<sup>26</sup> [Movimento negro protesta em frente à escola acusada de racismo - Educação](http://g1.globo.com/pernambuco/vestibular-e-educacao/noticia/2012/10/apos-protestos-alunos-do-ifpe-derrubam-blitz-do-uniforme-no-recife.html)

<sup>27</sup> <http://g1.globo.com/pernambuco/vestibular-e-educacao/noticia/2012/10/apos-protestos-alunos-do-ifpe-derrubam-blitz-do-uniforme-no-recife.html>

<sup>28</sup> <https://catracalivre.com.br/cidadania/escola-de-sp-causa-polemica-ao-pedir-que-alunas-usem-cabelo-liso-e-solto-em-apresentacao/>



“Não responsabilizo as mães ou as filhas. Conversei com elas. O que me incomoda é que isso tenha acontecido dentro do perímetro da escola e que a atitude da instituição tenha sido de omissão. Os pais delas também não foram procurados. A coordenadora foi avisada de que a escola já está trabalhando com as crianças e prefere não colocar a questão em foco, mas a questão precisa estar em foco”, destacou a mãe da aluna<sup>29</sup>

### 3. Discriminação racial e/ou racismo

“ É crespo e é cheio. Não é adequado esse cabelo. Venhamos e convenhamos mãe” Segundo a denúncia da mãe, a diretoria do colégio havia pedido ao garoto que cortasse o cabelo, de estilo “black power”, por ser “inadequado”, e depois impediu a matrícula da criança. Fala da Diretora.<sup>30</sup>

“Desde pequena, digo para minha filha que o cabelo dela é lindo. Ela sempre gostou, mas depois desses episódios, ela me pediu para alisá-lo. Um local que é pra se educar e se respeitar, acabou com a autoestima dela”

“No ano que vem, a minha filha não estará mais estudando lá, mas quantas crianças mais precisarão passar por isso? O black é identidade. É a nossa identidade”

“Antes de ele entrar para o candomblé, eu avisei para a professora e ela logo disse que ele não entraria no colégio. Eu expliquei que ele teria que usar branco e as guias, mas ela não aceitou. (...) Eu levei o meu filho e, na porta da escola, ela [diretora] não viu que eu estava atrás e colocou a mão no peito dele e disse: ‘Aqui você não entra’. E eu expliquei que ele teria que usar as guias e o branco por três meses e aí ela respondeu: ‘O problema é seu’”<sup>31</sup>

A mãe da criança, Polyelle Conrado, disse que na última segunda-feira (20), a filha chegou chorando em casa porque a professora teria lavado o cabelo de todas as colegas, menos o dela porque era “duro”. (...) A diretora explicou que conversou com a professora da sala e com a monitora. Disse ainda que houve um comentário informal da mãe, que não queria que lavassem o cabelo da criança. Mas não há nenhum registro desse pedido. A mãe da menina negra. Disse que nos dias chuvosos ela até achava bom que a filha não lavasse

<sup>29</sup> <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/10/mae-diz-que-filha-sofreu-racismo-em-escola-do-rio-cabelo-de-pobre.html>

<sup>30</sup> <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/12/policia-vai-investigar-escola-que-pedi-para-aluno-cortar-cabelo-black-power.html>

<sup>31</sup> (<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/09/aluno-e-barrado-em-escola-municipal-do-rio-por-usar-guias-do-candomble.html>)

o cabelo na escola. Mas como a situação foi se repetindo, pensou que era por causa do racionamento de água no DF. Só esta semana a menina explicou que a "professora" não tocava no cabelo dela.<sup>32</sup>

"Olá! Mamãe Débora, peço-lhe se possível aparar ou trançar o cabelinho dos meninos, eles são lindos, mais (sic) eu ficaria mais feliz com o cabelo deles mais baixo ou preso. Beijos, Fran"<sup>33</sup>

"Quando eu era menor já falaram do meu cabelo, já falaram da minha cor. Eu não gosto de ficar lembrando. Eu sempre digo que meu cabelo não é duro, e sim o preconceito das pessoas"<sup>34</sup>

"Não responsabilizo as mães ou as filhas. Conversei com elas. O que me incomoda é que isso tenha acontecido dentro do perímetro da escola e que a atitude da instituição tenha sido de omissão. Os pais delas também não foram procurados. A coordenadora foi avisada de que a escola já está trabalhando com as crianças e prefere não colocar a questão em foco, mas a questão precisa estar em foco", destacou a mãe da aluna. (...) Minha filha vem sistematicamente reclamando de um grupo de amigas e suas atitudes em relação a ela. Relata que a perseguem, criticam e zombam dela com certa frequência. Certa vez, foram três dias seguidos sob a mesma reclamação. (...) Esta semana ela trouxe um capítulo novo: Fulana disse-lhe que seu cabelo "é de pobre", claramente se referindo ao cabelo afro como algo menor. (...) "<sup>35</sup>

#### 4. Discriminação de gênero e/ou sexismo

"As inspetoras ficaram desesperadas, falaram que não poderíamos usar aqueles shorts porque acarretaria assédio"<sup>36</sup>

"Eu estudo nesta escola desde a 4ª série e antes eu podia usar shorts. Na 5ª série, foi vetado o uso dos shorts e das saias. Há uma sexualização do corpo da mulher, as regras são moldadas a partir dessa concepção. É uma questão machista"<sup>37</sup>

"Abaixo-assinados, hashtags (#vaitershortinhosim) e mobilizações promovidas recentemente por alunas, tanto de escolas públicas quanto de privadas, colocaram novamente em xeque uniformes e regras de vestimentas no ambiente escolar. (...) Falam que não estamos no shopping, que a roupa não deve chamar a atenção. Ainda é uma questão muito arcaica"

"Eu fiquei magoado por ter sido chamado de 'viadinho', 'bichinha' e esse tipo de coisa. É simplesmente um salto. Por que um homem não poderia usar?", revoltou-se o rapaz, que ainda questionou: "Se coordenadora, professoras, pedagogas e até colegas podem usar, por que eu não posso?"<sup>38</sup>

### Considerações finais

---

<sup>32</sup> <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/policia-investiga-discriminacao-racial-em-creche-publica-do-df.ghtml>

<sup>33</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36584895>

<sup>34</sup> <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/02/12/crianca-negra-sofre-racismo-todo-dia-na-escola-diz-mc-soffia.htm>

<sup>35</sup> <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/10/mae-diz-que-filha-sofreu-racismo-em-escola-do-rio-cabelo-de-pobre.html>

<sup>36</sup> <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/03/alunas-criticam-regras-que-vetam-shorts-em-escolas.html>

<sup>37</sup> <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/03/alunas-criticam-regras-que-vetam-shorts-em-escolas.html>

<sup>38</sup> <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/06/aluno-do-es-relata-preconceito-em-escola-ao-usar-salto-alto-apos-teatro.html>

Os descompassos que acompanhamos com as diferentes matérias analisadas se fazem em torno de disputas sobre o que seria uma *estética adequada*. Essa dimensão estética, interessantemente, atravessa gênero e raça como, de um lado, o caso em que uma criança tem sua matrícula proibida a menos que deixe de frequentar a escola com o cabelo “Black power” e a adolescente que é impedida de entrar na escola com cabelo azul. Em ambos os casos o signo é o cabelo e é a visualidade que informa a reação. No primeiro caso, fazemos uma articulação imediata entre racismo e visualidade, mas é interessante notar que a reação da escola é diretamente ligada à forma do cabelo: “a escola não permite extravagâncias”, diz a diretora. No segundo caso não podemos afirmar que há um viés de gênero. E o que fica evidente é que o que move a direção da escola é de fato uma questão de gosto ou o que eles designam com sendo adequação estética. Nesse sentido, o cabelo azul também é lido como uma extravagância.

No entanto, a articulação entre racismo e visualidade é incontornável na medida em que o cabelo Black só pode ser uma extravagância se o que é qualificado como excesso só se faz a partir de uma concepção do que seria um modo correto e, portanto, em bases racistas, de um negro se apresentar. Esse gosto é assim constituído em consonância a um modo mais propriamente brasileiro do racismo operar, anteriormente qualificado por meio de teorias da democracia racial, como legado a partir de Gilberto Freyre (2002), e que Lélia Gonzalez sagazmente qualificou como um racismo de denegação (GONZALEZ, 2019). Podemos pensar, com Kabengele Munanga (2019) que é por meio da reivindicação de uma *estética adequada* que o gosto emerge como operador que permite escamotear o racismo que se manifesta em reação à fenotípicia diversa brasileira. Como negação do racismo e apagamento da “geografia dos corpos de brasileiras e brasileiros” e em prol de uma defesa da mestiçagem como retórica de construção do caráter nacional (MUNANGA, 2013: 544). Esse racismo à brasileira, sendo muitas vezes silencioso, é também muitas vezes manifesto por meio do gosto que, como argumentou Bourdieu (1984), é sempre um desgosto. É sempre a expressão ou a negação daquilo de que não se gosta.

Mas se esse racismo é vivido como uma questão de adequação estética, de gosto, a escola não é lugar de extravagância, esteja-se portando o cabelo black ou o cabelo azul. Não ser extravagante é ser “normal”, uma normalidade que, mais uma vez, está referenciada em um ideal de aparência e de beleza. Observa-se, assim, um ideal de “normalidade” estética na instituição escolar, forjado a partir de uma noção de beleza única e universal. Como no caso da escola que envia para seus alunos a foto de uma artista mirim, branca e de cabelos lisos, informando que é desse modo que as meninas devem se auto apresentar. Note-se que o personagem desempenhado pela menina, em uma novela voltada para o público infanto-juvenil, maltratava seu coleguinha

negro na escola. E se padrões de supremacia racial podem informar o que se entende por estética adequada, esta pode ser informada ainda pelas normas de gênero, como mostra a matéria sobre o aluno de segundo ano do Ensino Médio foi repreendido por vestir saia e top para brincar na festa junina da escola. A escola, apesar de não ter uniforme, argumenta que o aluno deve seguir o código informal, indicando que se a escola não tem uma norma vestimentar existe um código tácito que opera como norma silenciosa. As normas de gênero fornecem, ao menos em parte, as normas estéticas de modo que as normas indumentares são reguladas por papéis de gênero convencionais.

Além de descompassos geracionais, racismos e clivagens de gênero, esses embates em torno da estética adequada permitem notar ainda apreciações de cunho sexista, como no caso em que a direção da escola quer evitar que as meninas usem short de modo a não *distrain os meninos*. O feminino é assim recolocado não apenas como elemento disruptor, mas como elemento perturbador da ordem, e a mulher jovem como a dona da capacidade de atração que deve ser sempre controlada. A mulher aparece assim no lugar daquela sobre a qual o controle deve ser exercido, ao mesmo tempo em que é despida de sexualidade. Pois se aos meninos é franqueado o uso de short fica subentendido que a menina não se deixa despertar por um garoto, como se ela não pudesse ser perturbada por sua sexualidade, por meninos que vestem short e eventualmente despem suas blusas. Fazer do short uma ameaça, sexualiza as meninas. Contudo, não é perguntado às jovens o que significa o short para elas e em que medida ele é usado com a intenção de sensualizar, de instigar o outro de modo erotizado. Como nas palavras de uma delas, “eu não culpo as diretoras, porque elas são de outra geração. Mas a gente precisa ir tentando melhorar o pensamento de quem está por perto”. Sem querer dizer que o erotismo deva ser excluído da vida das jovens, muito ao contrário, mas na verdade quem as erotiza é a própria escola, na figura de mulheres mais velhas que, podemos pensar, se sentem desconcertadas com o corpo jovem exposto.

Voltamos assim à questão inicial, a saber o não entendimento do significado da dimensão estética e da aparência para os jovens de modo amplo, expresso pelas tensões geradas entre uma estética adequada e o descompasso geracional. A incompreensão da relevância da vestimenta para as jovens se articula à incompreensão do significado do corpo na vida dos jovens de modo amplo, como viemos vendo até aqui. E ao falarmos em corpo, notamos mais uma vez, não estamos nos referindo somente à carne ou à sua dimensão orgânica ou ainda à sua biologia, mas pensamos o corpo como uma *assemblage* feita também por meio do mundo dos objetos. Ele se aproxima assim do *actant* de Bruno Latour (2005), de modo que a pessoa é essa agência que emerge do coletivo que constituído por *ânima, carne e coisa*<sup>39</sup>. Mais ainda, ao falarmos em estética não estamos pensando

---

<sup>39</sup> Ver a nota de número 4 para um breve esclarecimento sobre a noção de *actant*.

somente ao que é dado a ver. Como argumentou Alfred Gell (1998), esse é um modo mais propriamente ocidental de se proceder ao significado do que é dado a ver que se erigiu a partir de uma ruptura entre forma e função ou forma e conteúdo. É dessa perspectiva que argumentamos que a aparência não pode ser, em nosso caso, qualificada como mera, na medida em que nela estão codificados significados que estão para além do visível. Em outros termos, não há nada de superficial no que nos é revelado pela superfície dos corpos.

A estética corporal é uma dimensão fundamental dos processos de subjetivação juvenis. É por meio dela que os jovens se mostram no mundo e mostram como entendem esse mesmo mundo. E esses conflitos mostram ao fim que o que os jovens buscam é garantir a autonomia sobre seus corpos e aparências. Por sua vez, o descompasso geracional indica que as instâncias de gestão precisam se despir de suas concepções e conhecimentos prévios para levarem a sério as muitas reivindicações juvenis. Como propôs Serres (2013), se é a escola que queremos transformar é aos jovens que devemos ouvir. E se, como demonstrou Nilma Lino Gomes (2003), a estética tem poderes para promover uma educação antirracista, olhar para ela do ponto-de-vista dos jovens certamente contribuirá para a tarefa de repensarmos o projeto escolar.

### Referências Bibliográficas

APPADURAI, A. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora UFF, 2008.

BOAS, F. As limitações do método comparativo da antropologia. In: CASTRO, C. (Org.). **Antropologia Cultural/Franz Boas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, pp. 25-39.

BOURDIEU, P. **Distinction**: a social critique of the judgement of taste. London: Routledge and Kegan Paul, 1984.

BUTLER, J. **Corpos que importam**. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. GONÇALVES, J. R. dos S. (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CODERE, H. "The amiable side of kwakiutl life: potlach and the play potlach". *American Anthropologist*, vol. 58: 334-351, 1956.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **The world of goods**. London: Routledge, 1979.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2002. 46ª edição.

GELL, A. **Art and Agency**: na anthropological theory. Oxford: Clarendon Press, 1998.

GONZALEZ, L. “A categoria político-cultural da Amefricanidade”. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Hollanda, H. B. de (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GOMES, N. L. “Cultura negra e educação”. *Revista Brasileira de Educação*, 23: 75-25, Maio/Jun/Jul/Ago 2003.

HOLLANDA, H. B. de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KOPYTOFF, I. “A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”. In: **A vida social das coisas**. Niterói: EdUFF, 2008. pp. 89-121.

LAGROU, E. “A arte do outro no surrealismo e hoje”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 14, n. 29: 217-230, jan./jun. 2008.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo, Editora 34, 1994.

\_\_\_\_\_. **Reassembling the social: an introduction to the actor-network theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LÉVI-STRAUSS, C. **O totemismo hoje**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989.

\_\_\_\_\_. “Raça e história”. **Antropologia estrutural 2**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1993. pp. 328-366.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.

MAUSS, M. “Ensaio sobre a dádiva”. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. pp. 183-314.

MCCRACKEN, G. **Culture and consumption**. Indiana: Indiana University Press, 1988.

MILLER, D. **Material culture and mass consumption**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

\_\_\_\_\_. **Materiality**. Durham: Duke University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MIZRAHI, Mylene. Cabelos como extensões: relações protéticas, materialidade e agência na Estética Funk Carioca. **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares (Impresso)**, (9): 135-157, 2012.

\_\_\_\_\_. Cabelos ambíguos: beleza, poder de compra e ‘raça’ no Brasil urbano. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 30 (89): 31-45, 2015.

À procura da estética adequada: Raça, gênero e geração no espaço escolar

*Mylene Mizrabi*

*Amanda Carvalho*

*Priscilla Mello*

*Maria Gabriela Alduino*

\_\_\_\_\_. O Rio de Janeiro é uma terra de homens vaidosos: mulheres, masculinidade e dinheiro junto ao funk carioca. **pagu**, 52, 2018.

\_\_\_\_\_. As políticas do cabelos negros, entre mulheres: estética, relacionalidade e dissidência no Rio de Janeiro. **Mana**, 25: 457-488, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SERRES, M. **Polegarzinha**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SAHLINS, M. “La pensée bourgeoise”. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. pp. 166-203.

STOCKING JR., G. **Objects and others**: essays on museums and material culture, Univ of Wisconsin Press, 1988